

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 454.719 - PE (2018/0144825-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY -**  
**PE024151**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : IREMAR LIMA DE OLIVEIRA (PRESO)**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. Habeas corpus prejudicado.*

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Iremar Lima de Oliveira** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de roubo circunstanciado tentado –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Pernambuco, que denegou a ordem no HC n. 0005382-33.2017.8.17.0000.

Estes autos são conexos ao HC n. 494.226/PE impetrado em favor do paciente.

Ocorre que o presente *writ* perdeu o objeto.

Isso porque, de acordo com as informações extraídas do portal eletrônico do Tribunal de origem, nota-se que, em 4/10/2019, foi proferida sentença condenando o paciente, ou seja, posteriormente ao acórdão aqui vergastado.

A sentença condenatória constitui novo título judicial a motivar a custódia cautelar, razão pela qual prosseguir na análise deste feito implicaria inadmissível supressão de instância. Afinal, o novo decreto não foi ainda submetido à análise da instância originária.

Confira-se o seguinte julgado deste Superior Tribunal:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE*

# Superior Tribunal de Justiça

ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Havendo sido prolatada sentença condenatória em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, é de se julgar prejudicado o exame do *habeas corpus* quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua custódia preventiva, para não incorrer em supressão de instância.

[...]

(HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 4/6/2018).

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão não revelava nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseado em fator real de cautelaridade ante as circunstâncias do crime.

Ademais, com a prolação da sentença, passa a ser aplicável a Súmula 52/STJ. Logo, está superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução.

Pelo exposto, **julgo prejudicado** o presente *writ* (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator